



República Federativa do Brasil
Estado do Rio de Janeiro
PODER LEGISLATIVO DE ITAPERUNA
Divisão de Licitações e Contrato
Pregão Presencial - Registro de Preço Nº 005/2023

***PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 00155/2023***

***EDITAL DE LICITAÇÃO NA
MODALIDADE DE
PREGÃO PRESENCIAL
REGISTRO DE PREÇO
Nº 005/2023***

***CONTRATAÇÃO DE EMPRESA
ESPECIALIZADA PARA A
AQUISIÇÃO DE GÊNEROS
ALIMENTÍCIOS***



PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2023

1. PREÂMBULO

1.1 - O Pregoeiro da Câmara Municipal de Itaperuna/RJ, localizada na Praça Getúlio Vargas, nº 94, Itaperuna/RJ, por intermédio de seu elaborador, **PEDRO RENATO TEIXEIRA BAPTISTA** designado pela **Portaria nº. 004/2023**, faz saber que às **XX Horas do dia XX(XXX) de XXXX de 2023**, receberá, na sala de Licitações situada no endereço acima descrito, os documentos de credenciamento e os envelopes contendo a Proposta Comercial e a Documentação de Habilitação das empresas interessadas em participar desta Licitação, cujo Edital recebeu o número **Nº. 005/2023**.

1.2. O Pregoeiro Oficial desse certame é o senhor **RICARDO BOTELHO MOREIRA**, **Portaria Nº 005/2023** cuja equipe de apoio é composta pelos servidores **Marcos Oliveira da Silva e Luciana Muniz de Oliveira**, designados na mesma Portaria.

1.3. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente, de caráter público que impeça a realização deste evento na data acima marcada, a licitação ficará automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação, no mesmo local e horário.

1.4. A realização desta Licitação foi devidamente autorizada pelo Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Itaperuna, conforme Ordem de Serviço de Nº **006/2022** anexado ao presente **Processo Administrativo Nº 00155/2023**.

1.5. A Licitação será na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS** do TIPO “**Menor Preço por item**”, sob a forma de execução indireta, que será regida pela Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, subsidiariamente Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, com as alterações da Lei nº 8.883 de 08 de junho de 1994, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 no que não se conflita com a Lei Complementar Municipal nº 513, de 22 de novembro de 2010, com as alterações da Lei Complementar Municipal nº 605 de 09 de outubro de 2013 e pelos Decretos Municipais nº 155 de 06 de junho de 2006 e nº 1.452 de 17 de novembro de 2009, e as cláusulas e condições constantes deste Edital e nos seus anexos.

2 - DO OBJETO

2.1 - Contratação de empresa especializada para o fornecimento de diversos tipos de gêneros alimentícios, para atender as necessidades da Câmara Municipal de



República Federativa do Brasil
Estado do Rio de Janeiro
PODER LEGISLATIVO DE ITAPERUNA
Divisão de Licitações e Contrato
Pregão Presencial – Registro de Preço Nº 005/2023

Itaperuna, conforme condições e especificações contidas no TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I, parte integrante e inseparável deste edital, independente de transcrição.

3 - ESCLARECIMENTOS INICIAIS DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

3.1 O Sistema de Registro de Preços (SRP) é um conjunto de procedimentos para o registro de preços relativos à aquisição e/ou contratação futura, onde as empresas disponibilizam bens e serviços a preços e prazos certos e registrados em documento específico denominado ATA DE REGISTRO DE PREÇO. Neste Sistema, as aquisições e os serviços são feitas quando melhor convier aos órgãos da administração municipal que integram a Ata sem, no entanto, estarem necessariamente obrigado a contratar com os fornecedores vencedores do certame.

3.2 O Sistema de registro de preço regula-se pelas normas e procedimentos previstos pelo Decreto Municipal 030/2005 e o Decreto Municipal 187/2008, pelas disposições deste Edital e demais legislação pertinente.

3.3 Nesta licitação serão firmadas uma Ata de Registro de Preço, que é um documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, na qual os vencedores manterão seus preços registrados por um período de 12 (doze) meses, a partir da data de sua publicação de seu extrato em jornal de grande circulação, tornando-os disponíveis a todos os órgãos integrantes para que, casos o desejam, efetuem suas aquisições e serviços nas quantidades julgadas necessárias e aos mesmos preços registrados no certame e nas condições previstas neste edital.

4 - ESPECIFICAÇÕES

4.1. A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS que terão seus preços registrados deverá atender às especificações e quantidades contidas no Termo de Referência – ANEXO I, que é parte integrante e inseparável deste edital.

5 - PRAZO PARA FORNECIMENTO

5.1. . O prazo para entrega dos GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, objeto deste Pregão será de 05 (cinco) dias úteis e começará a fluir no dia seguinte ao do recebimento, pela(s) contratada(s), da cópia da Nota de Empenho, a ser emitida pelo Departamento de Contabilidade da Câmara Municipal de Itaperuna – RJ.

5.2. A Ata de Registro de Preços terá vigência por 12 (DOZE) meses e o prazo poderá ser prorrogado, mantidas as demais condições desta contratação e assegurada à manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que



República Federativa do Brasil
Estado do Rio de Janeiro
PODER LEGISLATIVO DE ITAPERUNA
Divisão de Licitações e Contrato
Pregão Presencial – Registro de Preço Nº 005/2023

ocorra algum dos motivos elencados no parágrafo primeiro do art. 57 da Lei Federal nº. 8.666/93, devidamente autuado em processo.

6 - PREÇO ESTIMADO PELA ADMINISTRAÇÃO

6.1. O valor global estimado para possível aquisição do produto constante deste Quadro Demonstrativo de Valores é **R\$ R\$ 25.724,64 (Vinte e cinco mil setecentos e vinte e quatro reais e sessenta e quatro centavos)** ANEXO III deste edital.

7 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. Face à opção pelo sistema de Registro de Preços, desnecessário se faz a indicação de dotação orçamentária neste momento. As despesas decorrentes desta Licitação estão previstas para o exercício de 2023 e a indicação da dotação orçamentária será feita quando o setor competente solicitar a aquisição do bem registrado, através de processos devidamente formalizados.

8 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. Os documentos fiscais de cobrança deverão ser emitidos contra a Câmara Municipal de Itaperuna, situada na Praça Getúlio Vargas, Nº 94, 3º Andar, centro – Itaperuna/RJ, inscrita no CNPJ nº 30.407.753/0001-87, em até 05 (cinco) dias úteis, após a entrega dos GÊNEROS ALIMENTÍCIOS solicitados, e através da Nota Fiscal devidamente atestada e visada pelo Setor solicitante, ou outro servidor designado para tal fim.

8.2. A **C.M.I** pagará à licitante contratada o valor correspondente ao fornecimento e/ou prestação dos serviços, até o 30º (trigésimo) dia corrido a contar da data final do período de adimplemento da obrigação, uma vez obedecidas às formalidades legais e contratuais previstas, exclusivamente mediante crédito em conta corrente da contratada.

8.3. A fatura que for apresentada com erro será devolvida ao contratado para retificação e reapresentação, acrescendo-se, no prazo fixado no item anterior, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

8.4. Ocorrendo atraso no pagamento, desde que este não decorra de ato ou fato atribuível à Contratada, aplicar-se-á o índice do IPCA pro rata diem, a título de compensação financeira que será o produto resultante do mesmo índice do dia anterior ao pagamento, multiplicado pelo número de dias de atraso do mês correspondente, repetindo-se a operação a cada mês de atraso.



República Federativa do Brasil
Estado do Rio de Janeiro
PODER LEGISLATIVO DE ITAPERUNA
Divisão de Licitações e Contrato
Pregão Presencial – Registro de Preço Nº 005/2023

8.5. Por eventuais atrasos injustificados no pagamento devido à Contratada, esta fará jus a juros moratórios de 0,01667% ao dia, alcançando-se 6% (seis por cento) ao ano (Lei Federal nº. 10.406/02, artigo 406).

8.5.1. O pagamento da multa e da compensação financeira a que se refere o subitem 8.4, será efetivado mediante autorização expressa do Exmo. Sr. Presidente desta Casa de Leis, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da licitante contratada dirigido ao mesmo.

8.6. Fica a empresa ciente que por ocasião do pagamento será verificada a situação da empresa quanto à regularidade fiscal perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Fazenda Municipal e Justiça do Trabalho.

9- DO REAJUSTAMENTO

9.1. Os preços que vierem a ser pactuados por decorrência desta Licitação poderão sofrer alterações, desde que obedecidas às disposições contidas no artigo 65, da Lei 8666/93.

9.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato superveniente e relevante que eleve o custo dos preços dos serviços ou bens registrados. Cabendo ao órgão gerenciador da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

9.3. As adesões a (as) Ata (s) de Registro de Preços, que possivelmente ocorrerem, seguirão os procedimentos do Decreto 7.892/2013 e do Decreto 9.488/2018.

10 - DO CREDENCIAMENTO

10.1. **As empresas participantes** deverão se apresentar para o credenciamento junto o Pregoeiro por meio de um representante, que devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório, venha a responder por sua representada, devendo, ainda, no ato de entrega dos envelopes, identificar-se, apresentando à original e cópia do seu CPF, da sua carteira de identidade e do Estatuto/Contrato Social em vigor, para falar em seu nome durante a sessão pública de abertura dos envelopes, seja referente à Documentação ou às Propostas Comerciais.

10.2. O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, conforme modelo de declaração do **ANEXO IV**, sem emendas, rasuras e entrelinhas, identificando o (a) seu representante, por nome e



República Federativa do Brasil
Estado do Rio de Janeiro
PODER LEGISLATIVO DE ITAPERUNA
Divisão de Licitações e Contrato
Pregão Presencial – Registro de Preço Nº 005/2023

número do documento de identidade e CPF e, autorizando-o participar do ato público licitatório, com plenos poderes, irrevogáveis, para tomar todas e quaisquer deliberações atinentes a esta licitação, **inclusive para interpor recursos ou dispensá-los**, visando agilizar os procedimentos internos.

10.3. A referida procuração deverá fazer-se acompanhar de documento comprobatório da capacidade do outorgante para constituir mandatário (Contrato Social, Estatuto), nomeando o portador como representante do (a) licitante para todos os atos da licitação.

10.4. Por seu sócio, proprietário, dirigente da empresa, munido com a original e cópia do seu CPF, da sua carteira de identidade e com o Contrato Social em vigor, no qual estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

10.5. O documento credencial deverá ser apresentado ao Pregoeiro antes da abertura dos envelopes de proposta Comercial e Documentação de Habilitação, pois o mesmo deverá estar fora de qualquer dos envelopes mencionados.

10.6. A intervenção em qualquer fase do procedimento licitatório só poderá ser feita pelo representante legal da licitante.

10.7. A não apresentação do documento de credenciamento não inabilitará a licitante, mas impedirá o seu representante de se manifestar durante a sessão.

10.8. Cada licitante credenciará apenas um representante, que será o único admitido a intervir nas etapas do procedimento licitatório e a responder, para todos os atos e efeitos previstos neste Edital, por sua representada.

10.8.1. Cada representante somente poderá representar uma única empresa licitante.

10.9. A ausência do representante credenciado, na sessão, implicará na sua concordância plena e irrevogável, de todas as condições lavradas em ata.

10.10. Identificados os representantes das licitantes, seus nomes serão registrados em ata.

10.11. As Sociedades Anônimas deverão apresentar cópia da ata da assembléia geral ou da reunião do Conselho de Administração atinente à eleição e ao mandato dos atuais administradores, que deverá evidenciar o devido registro na Junta Comercial pertinente ou a publicação prevista na Lei 6.404/76 e suas alterações.



República Federativa do Brasil
Estado do Rio de Janeiro
PODER LEGISLATIVO DE ITAPERUNA
Divisão de Licitações e Contrato
Pregão Presencial – Registro de Preço Nº 005/2023

10.12. Serão aceitas propostas encaminhadas por meros portadores que não estejam munidos dos documentos mencionados no item 8.1. A ausência desta documentação implicará a impossibilidade da formulação de lances após a classificação preliminar, bem como a perda do direito de manifestar intenção de recorrer das decisões do Pregoeiro, ficando o representante da licitante impedido de se manifestar durante os trabalhos.

10.13. Uma vez entregue todas as credenciais, não será permitida a participação de licitantes retardatários, salvo se com isso, os presentes concordarem, expressamente e em unanimidade, devendo essa circunstância ficar consignada em ata da sessão.

11 - DO RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS E DOS ENVELOPES A “PROPOSTA COMERCIAL” E B “DOCUMENTAÇÃO”

11.1 - No dia, hora e local designados neste edital, na presença dos interessados ou seus representantes devidamente credenciados, em sessão pública, o pregoeiro, que dirigirá os trabalhos, após abertura da mesma, receberá os documentos abaixo relacionados, sendo registrados em ata os nomes dos licitantes:

11.1.1 - entregarão, de forma avulsa, o Credenciamento e a Declaração de que Cumprem Plenamente os Requisitos de Habilitação e de não estarem Impedidas de Participar de Licitações e de Contratar com a Administração Pública em razão de Penalidades, nem de Fatos Impeditivos de sua Habilitação, na forma do ANEXO VI, nos termos do art. 4º, VII, da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, sem inseri-la em qualquer dos dois envelopes mencionados abaixo. **A ausência da Declaração constitui motivo para a exclusão da licitante do certame;**

11.1.2 - entregarão, em envelopes opacos, tamanho ofício, distintos “A” e “B” e devidamente lacrados, nos termos abaixo, os documentos exigidos para a proposta e a habilitação, respectivamente, constando na parte externa a razão social e o endereço da proponente;

11.1.2.1 - no envelope contendo a proposta comercial:

ENVELOPE “A”
“PROPOSTA COMERCIAL”
PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇO Nº 005/2023

11.1.2.2 - no envelope contendo a documentação:

ENVELOPE “B”
“DOCUMENTAÇÃO”
PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇO Nº 005/2023



República Federativa do Brasil
Estado do Rio de Janeiro
PODER LEGISLATIVO DE ITAPERUNA
Divisão de Licitações e Contrato
Pregão Presencial – Registro de Preço Nº 005/2023

11.1.2.3 - os dois envelopes deverão estar endereçados da seguinte forma:

À
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPERUNA
A/C do Sr. Pregoeiro
Praça Getúlio Vargas, Nº 94, 3º andar, Centro, CEP: 28300-000

11.1.3 - as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte;

11.1.3.1 - as microempresas e empresas de pequeno porte, para utilizarem as prerrogativas estabelecidas na Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar, fora dos envelopes, declaração (ANEXO VII) de que ostentam essa condição e de que não se enquadram em nenhum dos casos enumerados no § 4º do art. 3º da referida Lei;

11.2 - Após a hora estabelecida como limite para a entrega dos envelopes contendo a documentação e a proposta comercial das licitantes, nenhum outro envelope será recebido, tampouco será permitida a sua troca.

11.3 - Todos os documentos de habilitação apresentados pelas licitantes deverão estar rubricados por seu representante legal ou preposto e numerados em sequência crescente e também deverá constar índice relacionando os documentos e suas respectivas páginas. Esta condição visa a agilizar os procedimentos de conferência da documentação, cujo desatendimento não acarretará a inabilitação da licitante.

11.4 - Após a fase de credenciamento das licitantes, o pregoeiro procederá à abertura das propostas comerciais, verificando, preliminarmente, a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório e seus anexos, com a consequente divulgação dos preços ofertados pelas licitantes classificadas.

11.5 - Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração das Propostas de Preço.

11.6 - Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à Proposta de Preços e à Habilitação e seus anexos, deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente.



República Federativa do Brasil
Estado do Rio de Janeiro
PODER LEGISLATIVO DE ITAPERUNA
Divisão de Licitações e Contrato
Pregão Presencial – Registro de Preço Nº 005/2023

11.7 - Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame licitatório, apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado.

11.8 - O número do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ indicado nos documentos da Proposta de Preços e da Habilitação deverá ser do mesmo estabelecimento da empresa que efetivamente vai fornecer e/ou executar os serviços objeto da presente licitação.

11.9 - No caso excepcional de a sessão do Pregão vir a ser suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes ainda não abertos, serão devidamente rubricados em local próprio, ficarão sob a guarda do pregoeiro e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas, aos participantes, na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.

12 - DA PROPOSTA COMERCIAL

12.1 - O envelope “A”, com o título “PROPOSTA COMERCIAL”, devidamente fechado e identificado, conforme indicado neste edital, deverá conter:

12.1.1 - a proposta comercial da licitante, no impresso padronizado fornecido pela Administração (ANEXO II) ou em documento idêntico elaborado pela licitante, devidamente preenchida, sem alternativas, opções, emendas, ressalvas, borrões, rasuras ou entrelinhas, e nela deverão constar:

12.1.1.1 - identificação social, número do CNPJ, assinatura do representante da proponente, referência a esta licitação, número de telefone, endereço e número de fax;

12.1.1.2 - descrição clara e detalhada dos itens cotados, de acordo com as especificações do TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I do edital;

12.1.1.3 - indicação do preço unitário, por item, em moeda nacional, em algarismo e/ou por extenso; e

12.1.1.4 - conter prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias, contado da data de abertura. Na falta de tal informação será considerado proposto o prazo citado nesta alínea;

12.1.1.5 - Indicação obrigatória do fabricante e/ou modelo dos produtos cotados, sob pena de desclassificação no certame, a qual estará vinculada.



República Federativa do Brasil
Estado do Rio de Janeiro
PODER LEGISLATIVO DE ITAPERUNA
Divisão de Licitações e Contrato
Pregão Presencial – Registro de Preço Nº 005/2023

12.2 - Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta e caso persista o interesse da **CMI**, este poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

12.3 - Os prazos poderão ser prorrogados, mantidas as demais condições desta contratação e assegurada à manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos motivos elencados no parágrafo primeiro do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93, devidamente autuado em processo.

12.4 - Fica vedada qualquer indexação de preços por índices gerais, setoriais ou que reflitam a variação dos custos.

12.5 - A participação na licitação importa em total, irrestrita e irrevogável submissão das licitantes proponentes às condições deste edital.

12.6 - As propostas comerciais que atenderem aos requisitos deste edital serão verificadas pelo pregoeiro quanto a erros aritméticos, que, caso seja necessário, serão corrigidos da seguinte forma:

12.6.1 - se for constatada discrepância entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso; e

12.6.2 - caso a licitante não aceite as correções realizadas, sua proposta comercial será desclassificada.

13 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

13.1 - Para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério do **MENOR PREÇO POR ITEM**, observados o prazo máximo de fornecimento, as especificações e parâmetros de qualidade definidos neste edital. É vedada a aceitação de proposta que não atenda aos requisitos estabelecidos acima, que ofereça vantagens nele não previstas ou baseadas em ofertas dos demais licitantes, inclusive de redução sobre o menor valor postosto.

13.2 - Serão qualificados pelo pregoeiro para ingresso na fase de lances o autor da proposta de menor preço e todos os demais licitantes que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) a de menor preço.

13.3 - Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, o pregoeiro proclamará a qualificação preliminar das licitantes com as três melhores propostas, além da licitante que tiver apresentado o menor preço na proposta escrita.



República Federativa do Brasil
Estado do Rio de Janeiro
PODER LEGISLATIVO DE ITAPERUNA
Divisão de Licitações e Contrato
Pregão Presencial – Registro de Preço Nº 005/2023

13.4 - Não caberá desistência de proposta após a abertura do envelope, nem retratação ou desistência de lances após o registro pelo pregoeiro.

13.5 - Caso duas ou mais propostas escritas apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances ou, conforme o caso, adotados os procedimentos destinados às microempresas ou empresas de pequeno porte.

13.6 - O pregoeiro poderá, motivadamente, estabelecer limite de tempo para lances, bem como o valor ou percentual mínimo para o aumento dos lances, mediante prévia comunicação às licitantes.

13.7 - O pregoeiro poderá negociar diretamente com a licitante que apresentar a proposta com menor preço para torná-la mais vantajosa à Administração, devendo a negociação se dar em público e formalizada em ata.

13.8 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

13.9 - Examinada a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, caberá ao pregoeiro decidir motivadamente a respeito de sua aceitabilidade, vedada a aceitação de propostas, cujo preço o seja superior aos estimados no **QUADRO DE VALORES – ANEXO III** deste edital.

13.10 - Sendo aceitável a proposta final classificada em primeiro lugar, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação da licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições de habilitação.

13.11 - Caso a licitante vencedora desatenda às exigências de habilitação, o pregoeiro examinará as ofertas subseqüentes na ordem de classificação, verificando, conforme o caso, a aceitabilidade da proposta e o atendimento das exigências de habilitação, até que uma licitante cumpra as condições fixadas neste edital, sendo o objeto do certame a ela adjudicado quando constatado o desinteresse das demais licitantes na interposição de recursos.

13.12 - A licitante vencedora poderá ser instada pelo pregoeiro a apresentar amostra do produto cotado, para verificação de sua compatibilidade com a especificação do objeto desta licitação, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados a partir da sua notificação.

13.12.1 - a amostra será analisada pela Chefia de Gabinete da Câmara Municipal que emitirá laudo motivado acerca do(s) produto(s) apresentado(s), podendo,



República Federativa do Brasil
Estado do Rio de Janeiro
PODER LEGISLATIVO DE ITAPERUNA
Divisão de Licitações e Contrato
Pregão Presencial – Registro de Preço Nº 005/2023

ainda, ser realizados testes em laboratórios especializados ou quaisquer outros procedimentos necessários para a adequada verificação da amostra apresentada.

13.12.2 - a proposta da licitante será desclassificada no caso de a amostra ser reprovada, devendo a mesma ser notificada, para ciência do laudo e retirada da amostra respectiva.

13.12.3 - a desclassificação da proposta, na forma prevista no subitem anterior, acarretará o consequente chamamento do segundo colocado, no item correspondente, adotando-se os mesmos procedimentos em relação à amostra.

13.13 - Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, em que serão registradas as ocorrências relevantes e, ao final, será assinada pelo pregoeiro e demais membros da equipe de apoio, bem como pelas licitantes presentes. A recusa da licitante em assinar a ata e a existência de participante ausente naquele momento será circunstanciada em ata.

13.14 - O pregoeiro manterá em seu poder os envelopes de habilitação das demais licitantes até a retirada do empenho pela adjudicatária, devendo as referidas licitantes retirá-los no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir dessa data. Expirado esse prazo, os envelopes e os respectivos conteúdos poderão ser destruídos.

13.15 - Nas fases de julgamento das propostas e de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

13.16 - Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

13.16.1 - a microempresa ou a empresa de pequeno mais bem classificada, nos termos do art. 22 da Lei Complementar 123/2006, com preços iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores aos da proposta de melhor preço, será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, de acordo com o estabelecido no referido artigo.

13.16.2 - não ocorrendo apresentação da proposta da microempresa ou empresa de pequeno porte, serão convocadas, na ordem classificatória, as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese acima, para o exercício do mesmo direito.



14 - DA HABILITAÇÃO

14.1 - Sob pena de inabilitação e conseqüente eliminação automática desta licitação, a licitante deverá incluir os documentos previstos neste item no envelope “B”, com o título “DOCUMENTAÇÃO”, devidamente fechado e identificado, conforme indicado neste edital.

14.2 - Todos os documentos comprobatórios exigidos para o **Credenciamento e Habilitação** deverão estar em plena validade da data estabelecida no preâmbulo deste edital para a entrega dos envelopes contendo a proposta comercial e os documentos das licitantes poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração ou publicação em órgão da Imprensa Oficial. Os que forem de emissão da própria proponente deverão ser datilografados ou impressos em papel timbrado da licitante, registrar o número desta licitação e estar datados e assinados por seu representante legal ou preposto legalmente estabelecido. A exibição do documento original ao pregoeiro dispensa a autenticação em cartório.

14.3 - DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

14.3.1 - registro no Registro Público de Empresas Mercantis, em se tratando de empresário individual ou sociedade empresária;

14.3.2 - registro no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, em se tratando de sociedade simples;

14.3.3 - ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, no registro correspondente, indicando os atuais responsáveis pela administração;

14.3.3.1 - caso os responsáveis não constem no contrato social, documento que indique a responsabilidade pela administração;

14.3.4 - no caso de sociedades anônimas, cópia da ata da assembléia geral ou da reunião do Conselho de Administração atinente à eleição e ao mandato dos atuais administradores, evidenciando o devido registro na Junta Comercial pertinente ou a publicação prevista na Lei nº 6.404/76 e suas alterações; e

14.3.5 - cópia do Decreto de autorização para que se estabeleçam no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, no caso de empresas ou sociedades estrangeiras.



14.4 - DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

14.4.1 - prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF);

14.4.2 - prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, conforme o caso, relativo à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;

14.4.3 - prova de regularidade para com a Fazenda Federal, através da apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional em conjunto com a Secretaria da Receita Federal, comprovando a inexistência tanto de débitos inscritos quanto de não inscritos na Dívida Ativa da União, ou outra(s) equivalentes(s), tal(tais) como certidão(ões) positiva(s) com efeito de negativa(s), na forma da lei;

14.4.4 - prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS) e de Débitos inscritos em Dívida Ativa, comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), tal(tais) como certidão(ões) positiva(s) com efeito de negativa(s), na forma da lei;

14.4.5 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, e da Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), tal(tais) como certidão(ões) positiva(s) com efeito de negativa(s), na forma da lei;

14.4.6 - em relação aos itens 14.4.4 e 14.4.5 as empresas sediadas fora do Município de Itaperuna e do Estado do Rio de Janeiro, o(s) documento(s) emitido(s) pelas Fazendas Municipal, Estadual ou do Distrito Federal, do domicílio ou sede da licitante deverá(ão) comprovar a inexistência tanto de débitos inscritos quanto de não inscritos na Dívida Ativa ou demonstrar de outra forma documental tal situação fiscal, podendo, para tanto, estar(em) acompanhado(s) de legislação específica ou informação oficial do órgão fazendário.

14.4.7 - certidão Negativa de Débitos – CND ou Certidão Positiva com efeito de Negativa relativa à Seguridade Social (INSS), exigida no artigo 47, inciso I, alínea “a”, da Lei Federal nº 8.212/91 e alterações posteriores, ou outra(s) equivalente(s), na forma da lei, devidamente comprovadas documentalmente pela licitante.

14.4.8 - certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal – CEF.



14.4.9 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) – TST, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei.

14.4.10 – Microempreendedor Individual, Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Cooperativa.

14.4.10.1 – a Microempreendedor Individual, Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Cooperativa deverá apresentar os documentos de regularidade fiscal, mesmo que apresentem alguma restrição, caso seja adjudicatária deste certame, nos termos da Lei Complementar 123/2006.

14.4.10.2 - havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado ao Microempreendedor Individual, Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Cooperativa adjudicatária deste certame o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da CMI, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

14.4.10.3 - a falta de regularização da documentação no prazo previsto neste edital implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, sendo facultado à CMI convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

14.5 - DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA

14.5.1 - Certidão negativa de falência, concordata ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, a menos de 90 (noventa) dias da data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os documentos e a Proposta Comercial das licitantes, exceto quando dela constar o prazo de validade;

14.5.1.1 - no caso das certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou concordata, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo fórum competente informando em que fase se encontra o feito em juízo; e

14.5.2 - A licitante sediada fora da Comarca de Itaperuna deverá apresentar,



juntamente com as certidões exigidas, declaração passada pelo Foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registro que controlam a distribuição de falências, concordata ou recuperação judicial. Em caso da declaração apresentar validade expressa, esta deverá ser observada.

14.6 - DA DECLARAÇÃO RELATIVA A TRABALHO DE MENORES:

14.6.1 - declaração firmada pela licitante nos termos do modelo que integra o ANEXO V deste edital, expressando não empregar menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de dezesseis anos, salvo a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 e de acordo com o inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, acrescido pela Lei Federal nº 9.854/99, regulamentada pelo Decreto nº 4.358/02.

14.7. As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios ou, inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

15 - DOS RECURSOS

15.1 - Declarada a proponente vencedora, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, com registro em ata da síntese das suas razões, desde que munido de carta de credenciamento ou procuração com poderes específicos para tal. As licitantes poderão interpor recurso no prazo de 3 (três) dias úteis, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões por igual prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

15.2 - A falta de manifestação imediata e motivada importará a decadência do direito de recorrer e a adjudicação do objeto da licitação ao vencedor.

15.3 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.4 - Os recursos e as contras-razões interpostos pelas licitantes, deverão ser entregues no Protocolo Geral da Câmara Municipal de Itaperuna, localizado na Praça Getúlio Vargas, Nº 94, 3º andar, Centro, CEP: 28300-000, Itaperuna/RJ, das 12 horas às 16:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados.

15.5 - Os itens para os quais não houve recurso serão desde logo adjudicados.



15.6 - Os recursos e as contra-razões serão dirigidos ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Itaperuna, que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, decidirá de forma fundamentada; e

15.7 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Itaperuna adjudicará o objeto e homologará a licitação.

16 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 - No caso de descumprimento total ou parcial das condições deste edital, a **C.M.I**, sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis, nos termos da lei civil, aplicará à contratada, conforme o caso, as penalidades previstas nos art. 86, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/93, bem como, em especial, as seguintes sanções:

16.2 - Multa moratória de 1% (um por cento) ao dia, por dia útil que exceder o prazo de entrega, sobre o valor do saldo não atendido, respeitados os limites da Lei Civil.

16.3 - Multa administrativa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação, nas demais hipóteses de inadimplemento ou infração de qualquer natureza, seja contratual ou legal.

16.4 - As multas moratórias e administrativas poderão ser aplicadas cumulativamente ou individualmente, não impedindo que a **C.M.I** rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções legais cabíveis.

16.5 - As multas administrativas e moratórias aplicadas serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à contratada ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, em consonância com os parágrafos 2º e 3º do art. 86 da Lei Federal nº 8.666/93.

16.6 - A aplicação de multas não elidirá, em face do descumprimento do pactuado, o direito da **C.M.I** de rescindir de pleno direito o contrato, independente de ação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

16.7 - A licitante que não retirar o empenho dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar a documentação exigida para a contratação, retardar a execução, descumprir, injustificadamente, qualquer cláusula contratual, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal poderá, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02, ser impedida de contratar com a



Administração Pública pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais, tudo proporcionalmente ao grau de culpabilidade da conduta apenada.

17 – DOS PRAZOS E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1. Após a homologação do resultado desta licitação, a Câmara Municipal de Itaperuna- RJ, através do Setor de Licitações e Contratos convocará o vencedor do certame para cumprimento das exigências pertinentes à assinatura da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, o que deverá ser atendido no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da convocação, sob pena de decair o direito de contratação, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

17.2. Ao assinar a Ata de Registro de Preços, a empresa adjudicatória obriga-se a AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS a ela adjudicado, conforme especificações e condições contidas neste Edital, em seus anexos e também na proposta de preços apresentada, prevalecendo no caso de divergência às especificações e condições do Edital.

17.3. Para assinar a Ata de Registro de Preços, o representante legal da empresa deverá apresentar procuração e/ou contrato social e cédula de identificação.

17.4. O compromisso do fornecimento será formalizado mediante a assinatura da Ata de Registro de Preços pelo fornecedor.

17.5. Na assinatura da Ata de Registro de Preços será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

17.6. O vencedor da licitação que não fizer a comprovação referida no item anterior, quando injustificadamente, recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada à ordem de classificação, para após comprovados os requisitos habilitatórios e feita à negociação, assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das multas previstas em Edital e demais cominações legais.

17.7. A recusa injustificada da adjudicatória em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo fixado no subitem 16.1 caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se as sanções legais cabíveis inscritas no art. 87 da Lei Federal nº.8666/93, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais.



18 - DO FORNECIMENTO DO OBJETO

18.1. A contratada entregará os Gêneros Alimentícios de forma escalonada, no prédio da Câmara Municipal de acordo com a solicitação do Setor de Almoxarifado em dias úteis, no horário compreendido entre 12 e 17 horas, de 2ª a 6ª feira, exceto nos feriados Nacionais, do Município e do Estado do Rio de Janeiro.

18.2. Provisoriamente pelo Setor responsável, para verificação da conformidade com especificações consignadas no Termo de Referência e demais anexos do edital;

18.3. Definitivamente, após verificação da qualidade e quantidade dos produtos, pelo Setor responsável que solicitou os produtos, ou outro servidor designado para tal fim, no prazo de até 03 (três) dias corridos, mediante recibo na nota fiscal.

19 - A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS TERÁ VIGÊNCIA POR 12 (DOZE) MESES.

19.1. A empresa que tenha seu preço registrado obrigará-se a cumprir as condições dispostas na Ata de Registro de Preços, aplicando-o ao quantitativo solicitado pelo Setor de Almoxarifado da Câmara Municipal de Itaperuna- RJ.

20 - OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE

20.1. DA(S) CONTRATADA(S)

20.1.1. Os GÊNEROS ALIMENTÍCIOS deverão ser entregues, nas quantidades solicitadas pelo Setor responsável no seguinte endereço:

- Praça Getúlio Vargas nº94, 3º andar, centro - Itaperuna – RJ;

20.1.2. Proceder à entrega de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS objeto do presente Registro de Preços, rigorosamente no prazo pactuado, bem como cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus Anexos;

20.1.3. Fornecer os produtos com prazo de validade igual ou superior a 90% (noventa por cento) do prazo validade total de cada produto ofertado;

20.1.4. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na entrega do objeto deste edital;

20.1.5. Os deveres e obrigações da contratada serão suspensos se o fornecimento for obstado por motivo de greve, sabotagem, rebelião e/ou enchente, comprovadamente imprevisíveis e alheios ao controle da mesma, devendo nesses casos o evento motivador da paralisação do fornecimento ser comunicado



República Federativa do Brasil
Estado do Rio de Janeiro
PODER LEGISLATIVO DE ITAPERUNA
Divisão de Licitações e Contrato
Pregão Presencial – Registro de Preço Nº 005/2023

formalmente a Câmara Municipal de Itaperuna - RJ, em 24 (vinte e quatro) horas de sua ocorrência.

20.2. DA(S) CONTRATANTE(S)

20.2.1. Efetuar com pontualidade os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;

20.2.2. Exercer fiscalização sobre o cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes;

20.2.3. A presidência da Casa Legislativa designará um representante da administração para fazer a fiscalização e o acompanhamento do cumprimento deste contrato, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização dos problemas observados.

21 - PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO OBJETO

21.1 O gerenciamento e a fiscalização dos GÊNEROS ALIMENTÍCIOS caberão ao titular do Setor que solicitou o produto ou, outro servidor por ele designado para este fim, que determinará o que for necessário para regularização de faltas ou defeitos, nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93.

21.2. Ficam reservados à fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no Processo Administrativo nº. 242/2022, e tudo o mais que se relacione com o objeto, desde que não acarrete ônus para a Câmara Municipal de Itaperuna – RJ, ou modificação deste instrumento.

21.3. Durante a vigência do contrato, a execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por servidor/funcionário especialmente designado, o qual assumirá a função de Fiscal do Contrato, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93;

21.4 O Fiscal do Contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços contratados, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

22 - ANEXOS QUE INTEGRAM ESTE EDITAL

22.1 - Anexo I – Termo de Referência;

22.2 - Anexo II – Modelo de Proposta Comercial;

22.3 - Anexo III – Quadro de Valores;



22.4 - Anexo IV – Modelo de Carta de Credenciamento.

22.5 - Anexo V – Modelo de Declaração Relativa a Trabalho de Menores;

22.6 - Anexo VI – Modelo de Declaração de Atendimento aos Requisitos de Habilitação;

22.7 - Anexo VII – Modelo de Declaração de ME ou EPP; e

22.8 - Anexo VIII – Minuta da Ata de Registro de Preços;

23 - CONSIDERAÇÕES DE CARÁTER GERAL

23.1 - O esclarecimento de dúvidas e informações sobre o presente edital poderá ser requerido, por escrito ou através da linha telefônica no 0xx (22) 3824-1263 – Ramal 205, Divisão de Licitações e Contratos da **C.M.I**, localizado na Praça Getúlio Vargas, Nº 94, 3º andar, Centro, CEP: 28300-000, Itaperuna/RJ, das 12 horas às 17:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, até dois dias úteis anteriores à data fixada neste edital para recebimento das propostas.

23.2 - As impugnações interpostas deverão ser entregues no Protocolo Geral da Câmara Municipal de Itaperuna, localizado na Praça Getúlio Vargas, Nº 94, 3º andar, Centro, CEP: 28300-000, Itaperuna/RJ, das 12 horas às 16:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, e serão dirigidas ao Pregoeiro, até dois dias úteis anteriores à data fixada neste edital para recebimento das propostas.

23.3 - Caberá ao Pregoeiro responder, antes da realização da sessão, às impugnações interpostas pelas potenciais licitantes, com encaminhamento de cópia da resposta para todos os interessados.

23.4 - É facultada ao pregoeiro e à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive para verificar a compatibilidade das especificações do objeto ofertado diante dos requisitos previstos neste edital e seus anexos, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta ou da documentação de habilitação.

23.5 - A Administração poderá, a qualquer momento, adiar ou revogar esta licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anular o certame se constatado vício no seu



República Federativa do Brasil
Estado do Rio de Janeiro
PODER LEGISLATIVO DE ITAPERUNA
Divisão de Licitações e Contrato
Pregão Presencial – Registro de Preço Nº 005/2023

processamento, sem que caiba aos licitantes qualquer direito a reclamação ou indenização por esses fatos, de acordo artigo 49 da Lei Federal 8.666/93.

23.5.1 - a anulação do procedimento licitatório induz à do instrumento contratual.

23.6 - As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação, e o licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

23.7 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

23.8 - Os casos omissos serão solucionados diretamente pelo pregoeiro ou autoridade competente, observados os preceitos de direito público e as disposições de Lei nº 8.666/93.

23.9 - Durante a sessão pública não será permitido o uso de celular, salvo com prévia autorização do Sr. Pregoeiro.

23.10 - A **C.M.I** e as licitantes do certame elegem o foro da Comarca de Itaperuna, para dirimir qualquer questão controversa relacionada com o presente edital.

Itaperuna/RJ, XX de XXXX de 2023.

Pedro Renato Teixeira Baptista

Chefe de Gabinete - Mat. Nº 40339-3

Ato Nº 002-02/01/2023